

PROPOSTA

ANGOLA - PROJECTO DE DIREITO À POSSE DE TERRA URBANA

ESBOÇO:

Titulo: Angola - Projecto de Direito à Posse de Terra Urbana

Financiamento Solicitado: USD 15,500.00 (1ª Fase)

Duração Prevista: 12 meses

Coordenador de Pesquisa: Allan Cain (Arquitecto)
Director

Agência de Execução: Development Workshop
C.P. 3360, Luanda, Angola Tel: 2442 348371
Fax: 2442 349494
E Mail: dwang@angonet.gn.apc.org

A Development Workshop (DW) é uma ONG cuja actividade está virada para os assentamentos humanos. A DW trabalha em Angola desde 1981, nos projectos relacionados com a reabilitação das zonas urbanas, o reassentamento rural e as construções de auto-ajuda. A DW tem colaborado com o governo local, as ONGs e as organizações internacionais nos seus programas para Angola.

Desde 1986, a Development Workshop tem sido envolvida numa série de iniciativas de desenvolvimento urbano destinadas ao melhoramento das condições físicas e ambientais e dos serviços das populações dos Musseques ou assentamentos informais de Luanda.

RESUMO:

O presente projecto pretende fazer um estudo das políticas, leis e regulamentações actuais sobre a administração das terras urbanas. As dificuldades em obter acesso legal a terra para os futuros ocupantes construtores e a necessidade de milhares de habitantes das áreas de assentamento informal de conseguir posse segura para os terrenos/ talhões actualmente ocupados por eles são um impedimento enorme para a reabilitação das vastas áreas de assentamento peri-urbanas (musseques) de Luanda. A política de liberalização recentemente adoptada (1992) pelo estado Angolano, reformou as antigas leis agrárias socialistas e permite actualmente a participação do sector privado na aquisição da terra. O projecto vai investigar a evolução da complexa situação relativa à posse da terra, bem como estudar os problemas de acesso à mesma e a administração das terras do ponto de vista dos principais **actores (beneficiários)**. Uma análise será feita das lições tiradas dos vários outros países em vias de desenvolvimento que tiveram uma transição igual, passando de um sistema de controlo socialista a privado. O projecto será dividido em duas fases, a primeira que será apresentada a IDRC a fim de ser considerada para financiamento, abrangerá a pesquisa de documentação e arquivos. A segunda fase abrange uma pesquisa participativa no campo e tem como objectivo a produção de uma análise feita pelos próprios **actores (beneficiários)**.

PREÂMBULO

O Problema a ser Investigado

A falta de um quadro legal e uma política para a administração das terras urbanas constituem os constrangimentos principais do desenvolvimento urbano de Angola pós-guerra. A reabilitação dos vastos musseques de Luanda e o crescimento da zona urbana em geral dependerá da injeção de investimentos públicos, privados e domésticos para melhorar a habitação, os serviços urbanos e a infra-estrutura. A insegurança, patenteada em várias formas, é o obstáculo principal ao investimento urbano. O sector urbano tem estado estagnado desde a independência e só começou a ganhar vida durante um curto prazo, com a liberalização económica após os Acordos de Bicesse em 1991. Todo o investimento parou de novo após o retorno à guerra civil nos fins de 1992. Voltou cautelosamente só após a formação do Governo de Unidade Nacional nos princípios de 1997. A falta de segurança em relação à posse de terra e mecanismos transparentes para aquisição de propriedade constituem alguns dos factores que impedem actualmente o investimento no sector urbano.

A posse de terra em Luanda está actualmente determinada por um conjunto de leis, políticas e procedimentos confusos (muitas vezes contraditórios). As leis agrárias e o sistema de registo colonial (pre-1975) substituíram as formas tradicionais Africanas de posse comunal de terra. A nacionalização pelo estado em 1975, através de uma série de decretos Presidenciais de confisco tentou repôr as terras sob o património do povo Angolano. Desde 1991, políticas de privatização da economia têm sido introduzidas mas ainda não foram estabelecidos mecanismos que permitem os ocupantes individuais informais a adquirir direitos à posse dos terrenos por eles ocupados. Dentro deste vazio produzido por uma falta de estruturas legais e informação pública, grandes parcelas de terreno estão a ser distribuídas para o desenvolvimento de complexos habitacionais comerciais. Nos próximos anos poderão surgir litígios entre aqueles que ocuparam de forma informal e aqueles empreiteiros e agências oficiais que estão envolvidas na promoção do desenvolvimento comercial das propriedades suburbanas. Despejos e litígios prolongados serão o resultado mais provável.

Alguns observadores internacionais interessados defendem a 'privatização' como panaceia para resolver o problema Angolano da posse de terra urbana. O actual projecto tirará lições de vários estudos de caso de alguns países que passaram de uma economia socialista para uma economia de mercado ou estão em transição de uma para outra. Em países como Moçambique, Tanzânia e Etiópia várias estratégias sobre a posse de terra foram experimentadas e estas reflectem uma variedade de condições sócio-institucionais e as tradições das formas de posse colectiva e publica de terras.

Dentro do contexto do actual projecto, a Development Workshop pretende efectuar um estudo para esclarecer o estatuto das actuais leis de posse de terra e identificar os caminhos a seguir para poder desenvolver políticas sobre estas questões. Numa fase posterior do projecto, o objectivo da DW é o de divulgar de forma massiva a informação obtida através da distribuição de manuais e a formação de agentes de desenvolvimento comunitário, a fim de ajudar os habitantes a serem mais esclarecidos sobre o seu estatuto como proprietário da terra ou como ocupante. De interesse particular está o direito das mulheres em adquirir e herdar títulos de propriedade.

A CRISE URBANA DE LUANDA

A estrutura urbana característica de Luanda evoluiu por falta de uma política de planificação colonial efectiva: os bairros espontâneos ("musseques") foram encapsulados por um crescimento do sector urbano formal. Após a independência, a expansão peri-urbana não controlada começou nas margens da cidade. Devido aos efeitos persistentes da guerra civil Luanda continua a expandir rapidamente, tanto em termos de área como de densidade populacional. As estimativas para uma população de 2,500,000 milhões podem ser divididas em 25% nas áreas urbanas (3,000 ha) e 75% nas peri-urbanas (10,000 ha). A taxa de crescimento anual demográfica está projectada em 8% a 10%, embora que em alguns Musseques haja indicações de que as taxas de crescimento atingiram 15% ou mais durante os anos 1992-93, quando 350,000 a 500,000 deslocados fugiram da guerra nas províncias vizinhas e

imigraram para Luanda. A infra-estrutura é quase inexistente nas comunidades peri-urbanas e os serviços públicos aceitáveis funcionam apenas nas áreas de saúde e educação. Porém, estes serviços mínimos, porém, desintegraram-se por causa de uma combinação de negligência e falta de manutenção.

Até agora, as intervenções do Governo não foram adequadas para poder manter a infra-estrutura existente, herdada da época colonial e projectada para satisfazer as necessidades de apenas 250,000 moradores "Portugueses". Embora têm sido planificados grandes projectos de infra-estruturas para estender os serviços de água e electricidade à um maior numero de pessoas, pouco tem sido realizado e os beneficiários visados têm sido normalmente aqueles moradores das zonas formais da cidade já urbanizada. Não houve até ao presente momento qualquer impacto visível da parte dos projectos planificados sobre as condições de vida nos musseques; de facto a situação piorou, com a densidade populacional a crescer enquanto que as infra-estruturas se deterioram.

As anteriores políticas governamentais, baseadas no sistema centralizado de controlo de recursos e investimentos têm sido consideradas inadequadas. Em 1991-92, e sob pressão internacional e nacional, o Governo optou por uma maior reordenação para a liberalização das políticas e decidiu privatizar várias sectores. Porém, a privatização das terras apresenta um problema complexo. A maior parte das residências em Luanda pós-independência foram construídas informalmente sobre terrenos sem títulos de propriedade definidos e sem a devida autorização. Surgem problemas morais e jurídicos complexos quando é analisado o problema da privatização de terra. Muitas vezes, os antigos proprietários eram estrangeiros que renunciaram a nacionalidade Angolana quando eles abandonaram o país na altura da independência. A adopção de um princípio de "mercado livre" para o direito à posse privada de terra poderá transformar o Estado no maior proprietário de terreno privado no país, transformando assim milhares de lares em "ocupantes ilegais" dos terrenos por eles ocupados durante anos.

Em vez de se dedicar ao problema dos direitos de posse de terrenos individuais, o Estado aproveitou-se da oportunidade apresentada pela nova situação e decidiu associar-se com os grandes investidores privados (muitas vezes em "joint-ventures" com empresas estrangeiras) para desenvolver em grande escala projectos de construção de residências comerciais. Uma grande parte dos terrenos na zona Luanda-Sul foi designada para este tipo de construção massiva de residências.

Constrangimentos Institucionais

Muitos legisladores políticos consideram que a reforma administrativa já deveria ter sido feita há muito tempo. Um processo de reformas resultará possivelmente não só na reestruturação do governo local de forma a torná-lo mais democrático, ou seja com maior responsabilidade financeira de modo descendente, mas também de tratar do problema de atribuição do poder de decisão aos níveis apropriados do governo local. Juntamente ao poder de decisão, o controlo efectivo dos recursos - financeiros e técnicos - têm que ser atribuído. Também está a ser considerada também a introdução do conceito de recuperação dos custos até um certo grau. A introdução de arrecadação de fontes locais de receitas, bem como o pagamento de impostos sobre imobiliários, ou outros tipos de tributos, podem ajudar a capacitar as estruturas governamentais locais, desde que o governo central não insista em que todas essas receitas devam passar necessariamente pela tesouraria central do estado, tal como tem sido feito.

A introdução do imposto sobre imobiliários, ou outras formas de arrecadação de fundos ao nível local pode apenas ser feita em conjunto com uma legislação sobre posse da terra. Um levantamento cadastral dos talhões/terrenos existentes e reivindicações ao direito à posse de terra, constituem uma parte deste processo. A concessão do direito à posse de terra aos habitantes dos musseques, poderá potencialmente ser o factor mais significativo para incentivar as famílias em investir os seus rendimentos domésticos no melhoramento das suas residências e no ambiente. Actualmente, as

famílias mostram relutância em investir as suas poupanças no melhoramento das suas residências por se sentirem inseguras relativamente aos seus direitos de posse das propriedades e à repetida opinião oficial de que estas zonas são apenas de ocupação ilegal ou temporária.

Governança

Ao longo dos anos, a política administrativa do governo local tem sido caracterizada por uma tendência a aplicar um sistema de centralização rígido a nível nacional. Na altura da independência, Angola herdou do poder colonial Português uma estrutura governamental centralizada que, em si, carecia de qualquer tradição democrática. O modelo de desenvolvimento de planificação centralizado escolhido após independência tinha a tendência de reforçar esta estrutura.

Sendo a economia Angolana essencialmente sustentada por vendas do petróleo no mercado internacional, ela está inclinada para uma gerência centralizada. Não houve um esforço para estabelecer uma base tributária ou arrecadar fundos ao nível local. Assim, a linha do poder muito naturalmente segue as linhas da responsabilidade financeira. O financiamento dos serviços sociais e da infra-estrutura urbana são todos controlados pelo governo central. O governo central é que faz as nomeações para os lugares na administração local. Por consequência, as linhas de responsabilidade e de poder de decisão são determinadas segundo uma estrutura descendente.

Pelo facto do governo local não possuir a sua própria fonte de receitas i.e. não existe uma base de impostos sobre imobiliários ao nível local, nem outras fontes de receitas, e ainda por estar sujeito a uma política que exige que todas as receitas públicas tenham que passar imprescindivelmente pela tesouraria central do estado, significa que há pouca flexibilidade no planeamento. Os recursos financeiros necessários para o fornecimento de serviços urbanos, são disponíveis ao governo provincial somente através do Plano Central. O Governo Municipal controla essencialmente e apenas os fundos suficientes para pagar os salários de um número reduzido de pessoal e as Comunas ficam praticamente sem fundos à sua disposição.

O Ministério da Administração Territorial (MAT), criado na altura das reformas de 1991-92, tem como um dos seus mandatos principais o reforço das instituições cívicas e a criação de estruturas democráticas de governança em todo o país. MAT foi instrumental na gerência das primeiras eleições multipartidárias em Angola em 1992 e está actualmente encarregado de repôr a autoridade do estado nos locais abandonados pela UNITA. Os resultados do trabalho deste novo ministério poderá ter uma influência significativa sobre a administração do governo local e o seu relacionamento com outros sectores do governo.

Possivelmente, a questão mais importante a influenciar o desenvolvimento urbano é a posse e o controlo das terras. Com a chegada da independência, a posse formal de todas as terras anteriormente nas mãos dos privados ficou sob controlo do estado embora que, os direitos de uso e controlo da propriedade ficou, de modo geral, nas mãos daqueles que a ocuparam. Decretos governamentais foram utilizados para confiscar as propriedades abandonadas, mas ainda não foi estabelecido um sistema formal de leis para regulamentar estas aquisições.

A política de uso de terra está sob o controlo do Instituto de Planificação Territorial (IPT) do Ministério de Administração Territorial. O IPT é encarregado de aconselhar os governos locais sobre a demarcação das zonas urbanas e a aprovação de todos os projectos, incluindo o uso residencial, industrial ou comercial da terra. O gabinete técnico do Governo Provincial controla a actual distribuição dos terrenos/talhões. Por falta de levantamentos cadastrais actualizados e de um staff técnico necessário para manejar o processo, a procura de terrenos/talhões para a construção ultrapassa de longe a capacidade do gabinete técnico de poder autorizar, demarcar e registar-los. Uma parte significativa da população aceita de certo modo a ocupação informal, e a compra e venda "não-registada" de propriedade é frequente

O Governo e quase todos os partidos da oposição têm adoptado a posse privada de várias formas de propriedade como sendo a sua política declarada. Se de uma ou outra forma for aplicada a nova política à questão de posse de terra, muito trabalho jurídico e técnico tem que ser efectuado. Antes de poder começar a aplicar qualquer política, muitos anos de trabalho de levantamentos cadastrais detalhados serão necessários.

OBJECTIVOS

Objectivos Gerais

Contribuir para o esclarecimento das questões sobre a evolução de posse de terra urbana em Angola, após o abandono da política de partido único.

Objectivos Específicos

- Compreender o rumo das considerações da actual política sobre a terras e a forma como elas reflectem os interesses dos actores beneficiários e as autoridades.
- Esclarecer o quadro existente da lei agrária e os artigos constitucionais que determinam o estatuto legal e posse de terra.
- Compreender e documentar as formas de regulamentação empregues na administração de uso e ocupação da terra urbana.
- Avaliar os constrangimentos das famílias e potenciais construtores de moradias ao adquirir o direito à posse dos terrenos que eles já ocuparam ou pretendem ocupar.
- Tirar proveito das lições aprendidas que podem ser aplicadas à situação Angolana, através de uma análise comparativa de estudos de caso de vários países que sofreram transições similares, passando de uma forma de posse de terra controlada pelo estado para um sistema de posse privada.

METODOLOGIA DA PESQUISA

Hipóteses:

1. Conflito Potencial: A transição pós- socialista do estatuto legal da terra, a sua transformação em objecto de comercialização e os novos mecanismos estabelecidos para o seu manuseamento tem o potencial de criar conflitos entre os ocupantes, os utilizadores existentes dos terrenos urbanos e os outros actores, tais como o Governo e os agentes de desenvolvimento do sector privado.
2. Vacuum Político: A falta de atenção por parte do Governo à formulação de políticas sobre questões ligados à terra e o desenvolvimento urbano tenderá a reforçar o "status quo", deixando inacabado o processo de transformação e num estado da pré- privatização. Possivelmente, este vazio deixará continuar os mecanismos do controlo centralizado que pode levar a uma tendência de por de lado os interesses das famílias de baixo rendimento.
3. Fracos Mecanismos de Regulamentação: As reformas na administração local imprescindíveis para a introdução de uma estrutura administrativa efectiva da terra, poderá desenvolver de uma forma lenta devido às outras prioridades administrativas mais urgentes (tais como a reposição da soberania nas áreas ocupadas). Um maior investimento será necessário para estabelecer um registo de terras que deve ser baseado num levantamento cadastral actualizado. Os poucos recursos humanos disponíveis, os salários magros e a corrupção no governo local são constrangimentos.

4. Quadro Jurídico Inadequado: Os tribunais civis são os fóruns apropriados para resolver as disputas originadas da regulamentação contraditória e indefinida da terra. Mas, os tribunais Angolanos não têm a capacidade de tratar o grande numero de litígios que poderão inevitavelmente surgir quando começarem as discussões sobre reivindicações para o aumento de terrenos e o direito aos terrenos sobrepostos.

1ª PARTE PESQUISA DE ARQUIVOS E DOCUMENTAÇÃO:

Análise Bibliográfica

Embora existam bastante material bibliográfico sobre as questões ligadas ao direito à posse e propriedade da terra nos países da África Austral e nos países em vias de desenvolvimento em geral, não existe material recente sobre estas questões em relação a Angola. Em muitas países pós-socialistas, as recentes transformações dos sistemas socialistas de controlo para os sistemas privadas/de mercado de posse de terra começam a ser estudados e algumas publicações já estão disponíveis. Uma análise destas matérias constituirá a primeira fase do futuro projecto.

Um estudo de caso será utilizado para estudar as publicações sobre os países que nos últimos anos transitaram de alguma forma dum sistema colectivista ou socialista para um sistema de mercado. Foram seleccionados estudos de caso dos países que passaram por reformas significativas de terras urbanas. Estes estudos poderão proporcionar informações particularmente interessantes e relevantes ao estudo actual. Os estudos de caso farão considerações breves sobre as mudanças efectuadas na política e regulamentação adoptadas e o impacto destas sobre o acesso à terra das famílias. Enquanto que serão tratados de forma geral os efeitos das mudanças sobre a distribuição das terras, o foco será concentrado no sector urbano. Os estudos de caso realçarão não só questões comuns surgidas durante a transição do controlo socialista de terras para o de mercado, mas também os problemas específicos que ocorreram em cada país. Espera-se poder fazer comparações úteis com a situação Angolana e tirar algumas lições.

Os países a serem estudados incluirão Moçambique, Etiópia, Tanzânia, Nicarágua e Peru.

Das análises bibliográficas serão produzidos documentos breves sobre cada país estudado. Serão realçadas, as questões mais salientes das pesquisas feitas por outros povos sobre o direito à terra.. A relevância ao contexto Angolano serra debatida em cada caso.

Será produzida uma bibliografia anotada sobre a Posse de Terra Urbana nos países em vias de desenvolvimento pós- socialismo.

Um Pesquisador(a)-Adjunto, licenciado, colaborará com o escritório de DW em Guelph, Ontário e levará a cabo a maior parte da pesquisa sobre a documentação. O Pesquisador-Adjunto terá acesso à biblioteca universitária da Universidade de Guelph (incluindo facilidades de empréstimos inter-bibliotecas). A pesquisa de documentação via Internet será também proporcionada através do escritório de DW Canadá.

Intercâmbio Regional de Experiências

Está proposto a participação numa conferência regional da África Austral sobre a posse de terra a ter lugar na Cidade do Cabo nos princípios de 1998. A conferência juntará peritos, investigadores e profissionais cujos trabalhos estão relacionados com uma vasta variedade de questões relativas ao direito à terra. As experiências dos outros países da África Austral terão um valor particular no

contexto do actual projecto. A participação nesta conferência coincidirá com a fase inicial da formulação do projecto e proporcionará ao Coordenador da Pesquisa, uma oportunidade para debater o projecto com outros profissionais do ramo, bem como dar tempo para adaptar a pesquisa as à recomendações que poderão ser dadas.

Pesquisa de Arquivos

Desde a independência de Angola em 1975, muito pouco tem sido publicado sobre as questões relacionadas com a terra. Haverá necessidade de consultar os documentos originais existentes em forma de decretos governamentais e normas no oficial "Diário da Republica". Também serão consultados documentos sobre a política partidária do MPLA. Documentos existentes desde do início da época colonial, tratando da questão de terra serão extraídos dos Diários oficiais do Governo Português. Uma quantidade considerável de informação sobre a ocupação de terra (confisco) e colonização pelos colonos Europeus, assunto que constituiu uma preocupação grande do regime colonial nas últimas duas décadas antes da independência, foi imprimida nas publicações oficiais do Governo Português. Estes documentos poderão ser consultados num dos vários centros de documentação em Luanda (incluído os da: ADRA, DW, UNICEF e Ministério do Plano). O Coordenador da Pesquisa será auxiliado nessa pesquisa de arquivos por um Investigador-Adjunto/Documentalista baseado no centro de documentação da DW em Luanda. Quando for necessário, um perito jurídico será contratado como consultor.

A pesquisa de arquivos, através das fontes originais (em língua Portuguesa), será complementada com outras informações publicadas sobre a história, cultura e desenvolvimento urbano de Angola, a fim de traçar a evolução da política, a pratica e as leis que determinam a posse e uso de terra. As questões chaves a serem tratadas nesta parte da pesquisa podem ser divididas cronológica e sucessivamente da seguinte forma:

- pré-colonial - *a lei tradicional*
- colonial - *expropriação das terras Africanas*
- independência - *política socialista e nacionalização da terra.*
- fase pós-socialista até a presente - *liberalização/privatização*

1ª PARTE (ver Anexo)

RESULTADOS PROJECTADOS:

1. Documento Narrativo
2. Bibliografia Anotada
3. Recolha de Documentação
4. Estudo de Caso Comparativo sobre as políticas agrárias pós-socialistas, com lições tiradas para o caso de Angola
5. Lições sobre como actuam reciprocamente os sectores urbanos, formais e informais, nas questões sobre terras.

APLICAÇÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA

A questão do direito à posse de terra é um assunto litigioso e tem o potencial de se transformar numa área de conflitos sérios. As conclusões do estudo poderão ser vistas como uma crítica aberta da política corrente do Governo e poderão tocar na sensibilidade do mesmo. Os resultados do estudo têm que ser apresentados de uma forma não provocadora. A investigação destina-se a incentivar e

contribuir para o processo de formulação da inadequada política sobre questões relativas à terra urbana.

Os resultados da pesquisa deverão ser retransmitidos aos vários grupos de actores participantes, a fim de se lhes conceder um senso de posse das informações e conclusões obtidas.

Espera-se que o documento da pesquisa e as lições tiradas dos estudos de caso proporcionará uma contribuição valorosa para a regulamentação das políticas e tomadas de decisão sobre a terra.

ORÇAMENTO: 1ª Fase	(USD)
Coordenador da Pesquisa 5 meses (part-time)	\$7,500.00
Pesquisador-Adjunto (2) para 6 semanas cada	\$3,000.00
Consultor (jurídico)	\$ 500.00
Documentação / compra	\$ 500.00
Tipografia	\$ 500.00
Comunicações	\$ 250.00
Custos de Investigação	\$ 250.00
Preparação do Relatório, Secretariado e Tradução	\$1,500.00
Gastos gerais (13%)	\$1,800.00
Total de Fundos Solicitados 1ª Fase	<u>\$15,820.00</u>

ANEXO

FASE II

PESQUISA PARTICIPATIVA

Objectivos:

- Incentivar e contribuir para o processo da formulação da inadequada política existente sobre questões relacionadas com a terra urbana.
- Avaliar os constrangimentos das famílias e potenciais construtores de residências na obtenção de direito à posse de terrenos por eles ocupados ou a serem ocupados.

Análise dos Actores Beneficiários:

A questão da terra tem várias aspectos que terão de ser analisadas na perspectiva dos diferentes actores envolvidos na tomada de decisões sobre a terra ou estão afectados por estas mesmas decisões.

Os actores principais envolvidos no sector são:

- Membros do Governo mandatados para a tomada de decisões sobre a política ou elaboração de leis que determine como é que a terra deve ser utilizada, e como e á quem ela deve ser distribuída ou vendida.
- Doadores internacionais que têm direitos adquiridos para influenciar as reformas de política da terra como um dos aspectos do processo da liberalização económica por eles promovidos em Angola.
- Funcionários do governo que administram, documentam e aprovam a ocupação e transferencia dos títulos de propriedade e direitos de uso da terra.
- Agentes de desenvolvimento comercial da terra ou da propriedade que empregam a terra como mercadoria nos programas de urbanização e no desenvolvimento habitacional ou industrial.
- Moradores ou potenciais ocupantes da terra nas áreas informais ou peri-urbanas de Luanda, que não tenham titulo legal ao terreno sobre o qual construíram ou pretendem construir as suas casas.

O objectivo desta fase da pesquisa será o de avaliar os interesses dos actores/sectores principais envolvidos na questão de posse de terra e como é que eles tomarão decisões sobre a acção por eles escolhida. As considerações incluíam:

- Os objectivos ou pretensões que cada actor tem em relação à terra.
- O raio de acção de cada actor para a tomada de decisões e a variedade de opções ao seu alcance.
- Como é que são tomadas as decisões e qual a maneira de avaliar ou ordenar os vários factores.
- Qual a estratégia adoptada pelos actores, para promoverem os seus interesses especiais em relação à terra.
- O relacionamento/comunicação/intercâmbio entre os diferentes actores.

Metodologias de Pesquisa

Vários modelos de pesquisa participativa serão utilizados nesta fase de investigação. Haverá publicações ou documentos de trabalho traçando directrizes ou opiniões das primeiras duas categorias de actores; legisladores governamentais e doadores internacionais. Serão também previamente registadas as normas utilizadas pelos funcionários administradores de terra ao nível local. Entrevistas com os informadores chaves serão efectuados para obter informações das principais categorias de actores acima mencionados. Os Grupos de foco serão os meios mais eficazes para obter informações dos grupos de moradores do sector informal.

Development Workshop tem um staff experimentado na pesquisa participativa e colocara equipas para levar a cabo ambos: as entrevistas com os informadores principais e estudos dos grupos de foco com os grupos de actores apropriados. Um conjunto de instrumentos de investigação, utilizando "perguntas abertas", será elaborado e ensaiado como parte da fase do esboço de investigação. As comunidades serão pré- seleccionadas de forma a incluir os musseques da cidade antiga e as novas áreas peri-urbanas ocupadas na periferia da cidade, onde os grupos de foco serão colocados para debater as questões sobre o direito à posse de terra com os moradores e potenciais construtores/ocupantes.

Outputs (Resultados):

Relatório narrativo

Lições sobre como é que os sectores urbanos formais e informais actuam uns com os outros em relação às questões da terra.

Manuais sobre questões práticas de posse à terra relevantes aos moradores e construtores habitacionais nos bairros peri-urbanos, destinados ao uso dos trabalhadores de desenvolvimento comunitário.

Orçamento:

Pesquisador Profissional (PRA)

Grupo de Investigação Participativa

Formação profissional do Grupo

Despesas do Grupo de Investigação do Campo

Transporte (veículos de aluguer)

Motorista

Traduções

Tipografia

Comunicações

Apoio ao Programa e Logística

Despesas Gerais

Orçamento Fase II

CUSTO TOTAL DO PROGRAMA

USD 35,000.00

PROJECTO DE DIREITO À POSSE DE TERRA URBANA

ESTUDO DE PESQUISA

Termos de Referencia

OBJECTIVOS

Objectivos Gerais

Contribuir para o esclarecimento das questões sobre a evolução de posse de terra urbana em Angola.

Objectivos Específicos

Compreender o rumo das considerações da actual política sobre a terras e a forma como elas reflectem os interesses dos actores beneficiários e as autoridades.

Esclarecer o quadro existente da lei de terras e os artigos constitucionais que determinam o estatuto legal e posse de terra.

Compreender e documentar as formas de regulamentação empregues na administração de uso e ocupação da terra urbana.

Avaliar os constrangimentos das famílias e potenciais construtores de moradias ao adquirir o direito à posse dos terrenos que eles já ocuparam ou pretendem ocupar.

Recolher e tratar no Centro de Documentação da DW toda a documentação susceptível de ser pesquisado e estudado para uma melhor compreensão das questões sobre a posse de terra urbana.

METODOLOGIA DA PESQUISA

PESQUISA DE ARQUIVOS E DOCUMENTAÇÃO E ENTREVISTAS:

Análise Bibliográfica

Embora existam bastante material bibliográfico sobre as questões ligadas ao direito à posse e propriedade da terra nos países da África Austral e nos países em vias de desenvolvimento em geral, existe pouco material recente sobre estas questões em relação a Angola. Algumas publicações já estão disponíveis. Uma análise destas matérias constituirá a primeira fase do projecto.

Pesquisa de Arquivos

Desde a independência de Angola em 1975, pouco tem sido publicado sobre as questões relacionadas com a terra. Haverá necessidade de consultar os documentos originais existentes em forma de decretos governamentais e normas no oficial "Diário da República". Documentos existentes desde do início da época colonial, tratando da questão de terra serão extraídos dos Diários oficiais do Governo Português. Uma quantidade considerável de informação sobre a ocupação de terra (confisco) e colonização pelos colonos Europeus, assunto que constituiu uma preocupação grande do